

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL NA CIDADE DE SOROCABA

PUBLIC POLICIES FOR CONTINUING TRAINING OF TEACHERS IN THE MUNICIPAL PUBLIC EDUCATION IN THE CITY OF SOROCABA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA FORMACIÓN CONTINUA DE DOCENTES DE LA RED MUNICIPAL DE LA CIUDAD DE SOROCABA

Fernando Miranda¹

Ana Paula de Oliveira²

RESUMO

O texto apresenta uma discussão sobre a formação continuada de professores implantadas pela Secretaria de Educação do município de Sorocaba. A investigação teve como foco a verificação dos documentos que norteiam a formação continuada de professores da rede pública de educação do município. O objetivo foi examinar o contexto teórico-metodológico que influencia a redação dos documentos, bem como os Cadernos de Orientações redigidos com fundamento na pedagogia por competências e que irão embasar os cursos de formação continuada de professores. Os resultados da pesquisa apontam que o Marco Legal que regulamenta a educação no município e, principalmente, os Cadernos de Orientações, são influenciados pela da pedagogia por competências, com reflexos diretos nos cursos de formação continuada de professores e professoras que são oferecidos na Rede Municipal

.Palavras-chave: políticas públicas; formação continuada; pedagogia; competências

ABSTRACT

This text presents a discussion about the continuing education programs for teachers implemented by the Education Department of the municipality of Sorocaba. The investigation focused on verifying the documents that guide the continuing education of teachers in the municipality's public education network. The objective was to examine the theoretical and methodological context that influences the drafting of the documents, as well as the Guidance Notebooks written based on competency-based pedagogy, which will underpin the continuing education courses for teachers. The research results indicate that the Legal Framework that regulates education in the municipality and, especially, the Guidance Notebooks, are influenced by competency-based pedagogy, with direct repercussions on the continuing education courses for teachers offered in the municipal network

Keywords: public policy. continuing training. Pedagogy. competence.

RESUMEN

Este texto presenta un análisis de los programas de formación continua para docentes implementados por la Secretaría de Educación del municipio de Sorocaba. La investigación se centró en la verificación de los documentos que rigen la formación continua del profesorado en la red de educación pública del municipio. El objetivo fue examinar el contexto teórico y metodológico que influye en la elaboración de dichos documentos, así como de los Cuadernos de Orientación, basados en la pedagogía por competencias, que fundamentan los cursos de formación continua para docentes. Los resultados de la investigación indican que el Marco Legal que regula la educación en el municipio y, en especial, los Cuadernos de Orientación, están influenciados por la pedagogía por competencias, con repercusiones directas en los cursos de formación continua para docentes que se ofrecen en la red municipal.

Palabras clave: Políticas públicas. formación continua. Pedagogía. competencias.

Submetido para publicação: 15/04/2025

Aceito para publicação: 13/11/2025

¹ Universidade de Sorocaba – UNISO– Sorocaba – São Paulo – Brasil – <https://orcid.org/0000-0001-5110-4545> – fernando.plentz@prof.uniso.br

² Universidade de Sorocaba – UNISO– Sorocaba – São Paulo – Brasil – <https://orcid.org/0000-0002-7108-4235> – aninhapt.oliveira@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os debates e as reflexões sobre as competências no âmbito da pedagogia assumiram um papel de destaque nas pesquisas em educação nas últimas décadas, seja no âmbito internacional e nacional. No ambiente escolar, pesquisas (PERRENOUD, 1999; 2021; DOURADO, 2018) apontam que a competência tem suscitado a mobilização dos educadores bem como dos agentes estatais responsáveis pela elaboração de políticas públicas, que empreendem esforços sociais e financeiros para inserir os conceitos e determinações sobre as competências nas ações pedagógicas que invariavelmente são complexas, mutáveis, singulares e imprevisíveis.

No Brasil, o conceito de competência possui os contornos de aptidão, habilidade, conhecimento ou faculdade para apreciar e resolver um assunto ou problema. Neste sentido, o conceito de competência em educação está associado a ensinar o discente para enfrentar, mobilizar e regular adequadamente um conjunto de tarefas e situações educativas a fim de solucionar uma questão ou problema. Desta forma, a competência exige que o educando se aproprie de forma eficaz de uma ampla gama de saberes, a fim de permitir que ao se deparar em diversos contextos e situações, encontre as melhores e mais eficientes alternativas e soluções aos problemas enfrentados.

Considerando que as realidades sociais que demandam a escolarização da população estão em constante metamorfose, assimilar a competência aos processos pedagógicos determinam a formação continuada de professores e professoras, na medida em que os docentes devem se manter atualizados sobre as novas práticas pedagógicas. Desde a incorporação dos conceitos de competência na educação, diversas pesquisas brasileiras (PRADO, 2009; RAMOS, 2001; RIBEIRO, 2018; ROVAI, 2010; ZARAFIAN, 2001) apontam que tal assimilação se faz de forma aligeirada e sem os devidos cuidados e cautelas.

Em que pese tais contradições, especificamente no município de Sorocaba, localizado no interior do estado de São Paulo, a Secretaria de Educação (SEDU) incorporou os conceitos de competência na Rede Municipal de Educação, sendo necessário a formulação de um programa contínuo de formação dos professores e professoras da Rede. A análise realizada no presente escrito está alicerçada nos documentos da SEDU e os seus impactos na formação dos professores e professoras de Rede Municipal de Sorocaba.

PROCESSOS FORMATIVOS DETERMINADOS PELA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO EM SOROCABA PELA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS

Com base nas políticas públicas estabelecidas em nível nacional, é crucial ressaltar que cada governo precisa definir suas próprias diretrizes educacionais, não apenas para cumprir a obrigação legal, mas também para considerar as especificidades regionais e direcionar ações específicas nos planos educacionais. Isso inclui garantir as condições de trabalho dos docentes e os direitos educacionais dos alunos.

Da mesma forma que ocorreu em nível federal, houve mudanças significativas na construção histórica da educação em Sorocaba, assim como no desenvolvimento das políticas públicas educacionais municipais.

No aspecto pedagógico, evidenciou-se a necessidade de se pensar a organização curricular. As escolas, antes mesmo da criação do sistema municipal de ensino, por volta dos anos de 1996, já vivenciavam um movimento de construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP), quando se investiu no trabalho por projetos e nas discussões da qualidade da educação. As escolas começaram a esboçar seu PPP, que respeitava o ideário da época, da política educacional da Secretaria da Educação, que era alicerçado em três pilares: educação de qualidade para todos (educação inclusiva); educação humanista e gestão democrática. De 2000 a 2007, as escolas fundamentaram suas ações nesse ideário como uma diretriz para a construção e a implementação do seu PPP (PEREIRA, 2015, p. 14).

Com a mudança no atendimento educacional, a SEDU iniciou a elaboração de dois documentos que se tornariam fundamentais como guias legais para a formulação dos Projetos Político Pedagógicos (PPP), planejamentos pedagógicos e regulação das práticas educacionais em todo o município: a Matriz Curricular Municipal e o Marco Referencial. Esse momento histórico foi influenciado por dois movimentos significativos. Primeiramente, houve uma mudança na abordagem educacional, com a transição de uma educação mais assistencialista para uma abordagem mais escolar, acompanhada pela expansão das escolas e das etapas de ensino atendidas pelo município.

O Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO) foi criado pela Lei nº 4.574, de 19 de julho de 1994, posteriormente alterada pela Lei nº 6.754, de 22 de novembro de 2002, e iniciou suas atividades a partir da instituição do Sistema Municipal de Ensino de Sorocaba, em 1998, sendo reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo através do Parecer CEE nº. 197/1998, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 08 de maio de 1998 (SOROCABA, 2018, p. 1)

O aumento quantitativo da rede municipal de ensino e a instituição do CMESO, bem como as influências das regulações nacionais culminaram na necessidade de elaboração de um

currículo mínimo que atendesse a toda a rede de ensino. É nesse contexto que são regidos, em conjunto, a Matriz Curricular e o Marco Referencial.

Na ocasião, a Secretaria de Educação contava com um núcleo de formação de professores que lecionavam no Ensino Fundamental, o Núcleo de Formação do Ensino Fundamental (NUCEF), que seguia orientações e recebia assessoria do Instituto Paulo Freire (IPF). As demandas advindas das formações entre os professores da cidade apontavam para a elaboração de uma matriz curricular que, muito além de um currículo mínimo, representaria uma proposta pedagógica que concebesse a rede e suas especificidades. Vem daí a conjunção entre Matriz Curricular e Marco Referencial.

As primeiras discussões em torno do currículo em conjunto das escolas apontaram para a construção de um currículo mínimo. Entretanto, com toda a movimentação que ocorreu entre os anos de 2008 e 2011, em conjunto do IPF para a construção do Marco Referencial, impactou também na construção do currículo. As discussões apontaram para a necessidade da construção de um referencial curricular, uma proposta curricular ou, uma matriz curricular e não mais um currículo mínimo (PEREIRA, 2015, p. 18).

Os dois documentos começaram a ser construídos de maneira democrática e participativa, em uma escuta ativa dos profissionais da educação e com preceito no diálogo com toda a rede. Essa situação se estendeu até o ano de 2009, quando, segundo Pereira (2015), ocorreu uma mudança drástica no cenário da construção do currículo municipal. A Secretaria da Educação encerrou sua assessoria com o IPF e contratou a assessoria de Guiomar Nano de Melo.

É importante registrar que a ruptura com o IPF e a contratação da professora Guiomar encerrou o movimento de discussões e diálogo que envolviam os diferentes sujeitos que compõem a estrutura da Secretaria da Educação, das unidades escolares e das comunidades escolares (PEREIRA, 2015, p. 17).

Apesar da interrupção do diálogo durante o processo, a elaboração da Matriz Curricular ainda conservou parte de suas características iniciais e incorporou princípios de uma educação voltada para a humanização, emancipação e transformação social. A versão final, apresentada às unidades escolares em 2012, estabeleceu uma relação de respeito aos princípios do Marco Referencial. Esse último documento foi construído mantendo um diálogo com toda a rede, sem a interferência da assessoria de Guiomar Nano de Melo, e continuou alicerçado na diversidade de segmentos e educadores de toda a rede.

O documento final foi intitulado como Matriz Curricular da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba (2012) e é composto por cadernos para cada etapa da educação básica. Em seu texto introdutório, encontra-se a afirmação de que o esforço da Secretaria da Educação de Sorocaba para a construção da Matriz Curricular foi

demarcado pelo Marco Referencial que aborda valores e pressupostos teóricos que sustentam a rede municipal de ensino de Sorocaba (PEREIRA, 2015, p. 19).

Para Freitas (2020), mesmo diante de todos os desafios enfrentados na construção da Matriz Curricular, fica evidente que sua essência reflete um currículo fundamentado em aspectos teóricos diferenciados das concepções tradicionais, uma vez que incorporou as contribuições dos profissionais da rede em sua elaboração.

Essa consulta aos profissionais da educação contou com diversos encontros no espaço escolar e também na secretaria de educação, onde foram abertos momentos para discussão e construção do documento, além de terem sido disponibilizados documentos (questionários principalmente) para guiar o caminho a ser percorrido nesta elaboração, disponibilizado nas escolas e preenchido pelos profissionais do espaço da escolar, principalmente os professores (FREITAS, 2020, p. 105).

O Marco Referencial, a partir de 2011, e a Matriz Curricular, a partir de 2012, foram estabelecidos como os documentos oficiais do município que orientavam a formação de professores na Rede Municipal. Além disso, serviam como base teórica para a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e dos planejamentos anuais das escolas, bem como para a produção de semanários, relatórios e outros documentos pedagógicos.

CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS CADERNOS DA SEDU SOROCABA

Em 2014, a SEDU iniciou uma série de normativas através dos Cadernos com a intenção de padronizar as orientações a toda a rede em consonância às Diretrizes Nacionais para a Educação. Os materiais articulam os saberes, experiências, produção científica e prática educativa, visando traduzir o caráter dialógico entre as situações atreladas ao cotidiano escolar e sua dinamicidade.

O primeiro Caderno lançado nas unidades escolares, intitulado Caderno de Orientações SEDU nº 01 – Diretrizes para o Conselho de Classe Ano/Série/Termo da Rede Municipal de Sorocaba, foi elaborado pela Comissão de Rendimento Escolar. Essa equipe foi organizada pela Diretoria de Área de Gestão Pedagógica e pela Seção de Monitoramento da Aprendizagem e Resultados Educacionais, e contou com a participação de diversos segmentos, incluindo uma supervisora de ensino, uma diretora de escola, um vice-diretor de escola, duas orientadoras pedagógicas representando as escolas do Ensino Fundamental I, do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, duas professoras e as chefes de seções das áreas envolvidas. O objetivo do material foi regulamentar os Conselhos de Classe Ano/Série/Termo e suas diretrizes continuam em vigor até os dias de hoje.

Deste modo, intitulada por “Comissão de Rendimento Escolar”, o grupo desenvolveu diversas ações, dentre elas:

- Análise dos instrumentos utilizados na rede para registrar o Conselho de Classe Ano/Série/Termo à luz da legislação vigente: LDBEN nº 9394/96, Decreto CEE nº 11.625/78, Parecer nº CEE 67/98, Deliberação CME nº 02/99, Deliberação CME nº 01/01 e Regimento Escolar.
- Estudo de Referencial Teórico sobre o tema;
- Pesquisa das práticas de Conselho de Classe Ano/Série/Termo junto às Unidades escolares;
- Viabilização de palestra externa às Equipes de Suporte Pedagógico, com base nos estudos realizados para fomentar as reflexões acerca do tema Conselho de Classe.
- Proposta de adequação e alinhamento das orientações e instrumentos de registro do Conselho de Classe Ano/Série/Termo, atendendo a legislação e relacionando às publicações existentes na SEDU, a saber: Termo de Orientações para a Elaboração de Atas e Orientações sobre o Conselho Final. Diante do exposto, a Comissão optou pela organização deste caderno, denominado “Diretrizes para o Conselho de Classe Ano/Série/Termo da Rede Municipal de Sorocaba”, de forma a registrar as concepções, reflexões, os estudos e as propostas a serem consolidadas (SOROCABA, 2012, p. 5).

Para a SEDU, o Conselho de Classe Ano/Série/Termo compõe a jornada de formação continuada de professores, ao permitir e ampliar os momentos de reflexão sobre a própria prática pedagógica.

Em síntese, o Conselho de Classe deve se consolidar como um espaço de mudança, espaço de revisão das práticas; condição necessária para que os diversos fatores relacionados ao processo de ensino-aprendizagem sejam desvelados, pois a interseção destes fatores é a determinação do ponto de partida para novas ações, numa constante troca de procedimentos e realização de propostas que visam a tornar a prática pedagógica acessível e promotora de avanços no que se refere ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos (SOROCABA, 2012, p. 9).

No citado material, são apresentados os modelos em anexo e as orientações de como preencher a documentação pedagógica como relatórios, atas e planos que devem ser utilizados nas escolas municipais que atendam aos seguimentos Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Sobre a Documentação do Conselho de Classe:

1- RELATÓRIO DA ESCOLA PREENCHIDO COM ANTECEDÊNCIA PELOS PROFESSORES, APRESENTANDO:

- a. Panorama Geral da Turma: aspectos quantitativos relacionados à leitura, escrita e raciocínio lógico matemático;
- b. Frequência dos alunos (inferior a 75%, de acordo com LDB 9.394/96);
- c. Apontamento individual dos alunos com rendimento abaixo do esperado: apresentar as dificuldades, os avanços ao longo dos bimestres e as providências já adotadas pela escola;

2- ATA DO CONSELHO DE CLASSE, CONTENDO:

- a. Texto de abertura, procedimento e fechamento orientado neste documento;
- b. Anexo dos Planos de Ação por Ano/Série/Termo;
- c. Breve análise do rendimento da unidade escolar por ano/série/termo;
- d. Tabela constando o Plano de Ação para cada ano/série/termo com o objetivo de permitir o avanço dos alunos com menor rendimento (SOROCABA, 2012, p. 22).

Em 2015, ano seguinte à elaboração do primeiro Caderno, visando aprimorar a qualidade do ensino e em resposta ao contínuo aumento da demanda por educação em face do crescimento no número de alunos e profissionais da educação, foi aprovada pelo CMESO a Lei Municipal nº 11.133, de 25 de junho de 2015. Essa lei instituiu o Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Sorocaba, um documento que dedica seis das vinte metas à categoria docente.

Com a nova demanda apresentada pelo CMESO por meio do PME, o Marco Referencial foi submetido a um processo de atualização, com uma proposta de reestruturação novamente baseada na ampla participação dos profissionais da educação. A partir de uma participação coletiva garantida por um Comitê, o debate se consolidou em toda a rede através de discussões em plenárias e links de pesquisa.

O presente documento, intitulado Marco Referencial da Rede Pública Municipal de Sorocaba, cujos principais objetivos serão explicitados mais adiante, é fruto do trabalho coletivo, e o que se apresenta pode-se dizer que foi feito, literalmente, a muitas mãos e vozes, que teve à frente da coordenação dos trabalhos um Comitê Executivo que, desde sua instituição recebeu como demanda promover a articulação e a ampla discussão para atualização do Marco Referencial, garantindo a participação de todos. No Jornal do Município de 05 de dezembro de 2014, foi publicada a Portaria SEDU No 57/2014, instituindo o referido, posteriormente tendo sua composição atualizada e publicada no mesmo jornal em 21 de agosto de 2015, por meio da Portaria SEDU No 23/2015, de 19 de agosto de 2015. No que se refere à constituição e rotina de trabalho do Comitê Executivo, cabe destacar que os membros foram eleitos entre os pares dos diversos segmentos do magistério público municipal e também houve a indicação de técnicos da Secretaria da Educação. A primeira reunião deu-se na última semana de dezembro de 2014 e foi retomada em fevereiro do ano seguinte com fixação de agenda de reuniões para estudos quinzenais que, considerando a demanda de trabalho, passaram a ser semanais e em alguns momentos obedeceram a um cronograma ainda mais intenso, em especial no período em que foram realizadas as plenárias e as ações de finalização/formatação do documento.

[...]

A Secretaria de Educação de Sorocaba, nos anos de 2015 e 2016 possibilitou espaços e tempos dedicados ao estudo e reflexão do Marco Referencial (MR) do município, com o objetivo de atualizar o documento vigente desde o ano de 2011 (SOROCABA, 2016, p. 7).

O Marco Referencial é estruturado em quatro Eixos: EIXO I – Sociedade e Escola sob a Ótica da Democracia; EIXO II – A Constituição do Sujeito; EIXO III – O Currículo para uma Escola Democrática; e EIXO IV – Formação e Condição de Trabalho dos Profissionais da Educação. Este último Eixo é especialmente dedicado à formação de professores em toda a estrutura da rede.

A partir do Eixo IV, o documento aborda minuciosamente a formação continuada e o trabalho docente explorando a legislação em vigor, desde a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB) até o Plano Nacional de Educação de 2014 (PNE/2014), apresentando as bases legais e o compromisso de unificar as formações para garantir a profissionalização, além de reforçar as concepções sobre os educadores.

A LDB regulamenta, ainda, que a formação dos profissionais da educação deve atender às especificidades do exercício de suas atividades, e relacionar-se aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica. Dessa forma, estabelece como fundamentos uma sólida formação básica, que permita apropriação de conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; estágios supervisionados e capacitação em serviço que permitam a associação entre teorias e práticas, além do aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades (SOROCABA, 2016, p. 143).

O Marco Referencial da rede municipal de ensino de Sorocaba, além de abordar as legislações pertinentes, traz um estudo teórico sobre formação e profissão docente, revelando a fragilidade da categoria ao confrontar a contradição que surge quando os professores se veem sujeitos a um currículo unificado no exercício de sua profissão.

Na atualidade, o poder hegemônico busca determinar uma organização do trabalho docente em um contexto escolar fragmentado a partir de um currículo prescritivo e com a introdução de medidas de eficiência em que os professores/professoras têm sido cada vez mais vistos como meros executores de tarefas. (SOROCABA, 2016, p. 162).

Com a intenção de regular a formação continuada dos professores na rede, o Marco Referencial introduz uma breve reflexão sobre a profissionalização docente, destacando três eixos: a sala de aula, a instituição educacional e a rede de ensino, orientando para uma necessidade de formação profissional adaptada às diversas áreas de atuação. No entanto, já em 2016, a rede municipal de ensino de Sorocaba manifestava preocupações quanto à regulação externa do trabalho docente, percebida como uma possível restrição à formação alinhada aos princípios propostos pelo documento.

Por outro lado, na atualidade, as estratégias de gestão que buscam o comunitarismo e o voluntariado na promoção de uma educação para todos, acabam por instaurar um processo de desqualificação e desvalorização da ação docente. Tais reformas diminuem a autonomia dos professores, autonomia essa, entendida como condição para participar da concepção de organização de seu trabalho (SOROCABA, 2016, p. 164).

Ainda sobre a formação continuada, o Marco Referencial compreende que, numa instituição educacional, todos são educadores, afinal, ensina-se na escola os conteúdos curriculares, mas também os atitudinais, procedimentais, valores e diferentes formas de se relacionar com o outro. Dessa forma, transmitir essa consciência para todos é uma das maneiras de formar uma equipe coesa e que atua para um mesmo objetivo educacional, em cada atividade que exerce, seja ela qual for.

A LDB (Lei 9394/96) estabelece em seu artigo 61 que são considerados profissionais da educação escolar básica, os que estão em efetivo exercício e tenham sido formados em cursos reconhecidos. Assim a lei explicita que: I- professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II - trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas e III- trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim; constituem o universo de profissionais (SOROCABA, 2016, p. 142).

O Marco Referencial, em seu Eixo IV, faz menções importantes à construção dos PPPs e aos profissionais das unidades escolares, reforçando a garantia dos tempos e espaços escolares voltados à reflexão e ressignificação das práticas profissionais, bem como da necessidade de valorização desses educadores, seja pelo plano de carreira, pelo status ou mesmo pelas condições de trabalho oferecidas.

Ao concluir a apresentação do Marco Legal relacionado à garantia de condições de trabalho, bem como dos direitos à formação, carreira e valorização, espera-se ter contribuído com o empoderamento dos profissionais da educação do Sistema de Educação de Sorocaba, a fim de que os mesmos busquem os melhores processos para além do burocrático e rotineiro, mas priorizando dimensões constitutivas do ofício de educador que há em cada profissional da instituição educacional, criando um clima propício ao reencontro com suas identidades, por meio dos saberes coletivos aprendidos nas múltiplas relações humanas e educativas (SOROCABA, 2016, p. 155).

A partir da concepção profissional estabelecida, o Marco Referencial estabelece a organização das formações continuadas, respeitando os eixos de profissionalização, o que compreende o trabalho docente na sala de aula, na instituição educacional e na rede de ensino.

Assim, torna-se imprescindível um movimento do conjunto das instituições educacionais para redimensionar os tempos e espaços escolares, em particular as Horas de Trabalho Pedagógico (HTPs), as RAEAs, as reuniões do Conselho de Classe, dentre outros; como forma de garantir mais espaços de reflexão e ressignificação das práticas profissionais, respeitando e articulando às necessidades do cotidiano da instituição educacional, fazendo com que essa antiga reivindicação dos profissionais da educação, para melhor desenvolver suas tarefas, seja efetivamente utilizada na perspectiva de transformação das práticas de sala de aula, tendo em vista a qualidade social da educação (SOROCABA, 2016, p. 157).

O citado documento, pautado nos princípios éticos estabelecidos pelos DCNs, por meio da SEDU, ainda apresenta seus preceitos para a profissão docente:

- Formação profissional como parte do processo de constituição do sujeito, que se dá a qualquer tempo e em qualquer circunstância, nas relações do sujeito consigo, com o outro e com o conhecimento;
- Profissional da educação como produtor de conhecimento e de cultura, como coautor do próprio processo formativo;

- Instituição Educacional como o principal lócus do processo formativo, local onde se dá a práxis e de onde se deve partir a reflexão entre a teoria e a prática para a construção de novos conhecimentos sobre essa práxis;
- Formação Continuada, aquela que ocorre após a formação inicial. Segundo Imbernón (2010), considera-se o profissional também como sujeito de sua aprendizagem enquanto atua com as crianças, sendo possível contribuir para a (res) significação dos saberes e viabilizar um novo sentido à prática educativa (SOROCABA, 2016, p. 158).

Após estabelecer os conceitos e diretrizes para os profissionais da educação e seus processos formativos, o Marco Referencial da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba delinea a organização das formações destinadas aos docentes e demais servidores da educação, as quais são classificadas em formações em contexto, formações de livre escolha e formações em rede.

No ano de 2016, a Secretaria da Educação distribuiu às suas unidades escolares o segundo caderno de orientações pedagógicas. Trata-se do Caderno de Orientações SEDU/DAGP nº 03, que apresenta as Diretrizes Pedagógicas para a Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral (Sorocaba, 2016a). Esse caderno foi disponibilizado à rede durante um período de reestruturação do programa Escola em Tempo Integral, iniciado em 2007 nas escolas de Ensino Fundamental I. Embora tenha sido ampliado para quase todas as escolas desse segmento em 2008, em 2014 o projeto foi reduzido a apenas 17 unidades escolares.

Apresentado à comunidade escolar como uma adaptação destinada a garantir qualidade, o programa foi percebido pelos educadores como uma grande perda. Os prédios construídos para abrigar as Oficinas do Saber foram repassados para empresas terceirizadas, conhecidas como Organizações Sociais (OS). As atividades diferenciadas, como balé, ginástica, capoeira, musicalização, judô, entre outras, que anteriormente compunham a jornada dos alunos, foram substituídas por aulas dos componentes curriculares tradicionais em dois turnos. Durante esse período, intensificaram-se as formações continuadas oferecidas por meio de parcerias com empresas privadas especializadas em produtos educacionais.

A Resolução SEDU/GS n.º 03 de 27/01/15 regulamentou o Projeto Oficina do Saber e trouxe algumas mudanças: a redução da jornada do aluno, a adequação dos eixos, a substituição dos prestadores de serviço por professores PEB I e II com carga suplementar e/ou contratos de trabalho, visando a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, além do oferecimento de formação continuada aos professores, por meio de assessorias e parcerias (SOROCABA, 2016a, p. 15).

A partir de 2016, os Cadernos de Orientações ganharam maior ênfase para a regulamentação das práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares. Nesse sentido, as políticas públicas educacionais para formação continuada de professores se consolidaram na

rede municipal de Sorocaba por meio desses materiais, orientados em sua concepção pelo Marco Referencial.

Os demais Cadernos apresentados às unidades escolares como normatizadores das ações pedagógicas foram o Caderno de Orientações SEDU nº 04 – versão atualizada (nov./2016b): Diretrizes para Documentação Pedagógica na Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba, cuja primeira versão foi enviada em 2015 para as unidades escolares do seguimento creche e se propõe a ressignificar o olhar avaliativo e os instrumentos pedagógicos (relatórios, portfólios, planejamentos, entre outros) utilizados na Educação Infantil, bem como padronizá-los (Sorocaba, 2016b). Já o Caderno de Orientações SEDU nº 05: Diretrizes para a construção do Projeto Político-Pedagógico das Instituições Educacionais de Sorocaba teve como finalidade normatizar a construção dos PPPs das unidades escolares, movimento que foi iniciado com o programa Pedagogia Cidadã em parceria com o Instituto Paulo Freire, mas interrompido pela assessoria de Guiomar Nano de Melo, tendo sido retomado pela SEDU em 2015.

Em 2007, a Secretaria da Educação de Sorocaba firmou parceria com o instituto Paulo Freire e implementou na rede municipal o Programa “Escola Cidadã”. Dentre as várias ações desenvolvidas pelo Programa, a atualização do PPP teve um destaque especial. A proposta inicial previa que o PPP das escolas seria elaborado concomitantemente às formações com diretores, vice-diretores, orientadores pedagógicos e supervisores, com propósito de concluir todas as etapas até 2009, entretanto, visto a não conclusão das mesmas, as instituições foram orientadas a elaborarem, para o ano de 2008, um Plano de Trabalho Anual – PTA, tendo sua estrutura construída ‘coletivamente’ durante as formações. Desde então, as escolas apresentam ‘anualmente’ seu PTA para validação junto à Secretaria da Educação (SOROCABA, 2016, p. 4).

Após o Caderno SEDU nº 05, vigente na rede até a presente data, foram publicados os Cadernos de Orientações para cada ano letivo, visando regulamentar as práticas pedagógicas e formações continuadas para as unidades escolares da rede.

O *Caderno de Orientações SEDU/DAGP nº 07: Orientações para o Planejamento 2017* foi o único caderno específico de orientação para planejamento do ano letivo que antecedeu a implantação da BNCC (Sorocaba, 2016).

O *Caderno de Orientações SEDU/GS nº 07/2018: Orientações para o Planejamento 2018* foi distribuído nas unidades escolares no mesmo ano da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), porém sem menção direta ao documento por ter sido elaborado antes da data de implantação (Prefeitura de Sorocaba, 2018).

Em seguida, foi lançado o *Caderno de Orientações SEDU/GS nº 08/2018: Orientações para o Planejamento 2019* (Sorocaba, 2018).

Já o *Caderno de Orientações SEDU/GS nº 09/2019: Orientações Planejamento 2020* teve sua aplicação afetada por conta da interrupção das aulas presenciais devido à pandemia de covid-19 (Sorocaba, 2020).

Foi a partir do ano de 2022 que os Cadernos de Orientações para cada ano letivo passaram a indicar as novas características de implantação de políticas públicas para formação de professores, seguindo as orientações da BNCC. Vale ressaltar que, em 2020, a prefeitura foi assumida por Rodrigo Manga (Republicanos) e a SEDU foi gerida pelo secretário Márcio Carrara, professor de carreira da rede, até seu pedido de exoneração em fevereiro de 2024. Sob essa gestão, foram estabelecidas novas parcerias para a educação do município.

O *Caderno de Orientações SEDU nº 13: Orientação para o Planejamento 2022*, apesar de manter a mesma estrutura de proposta para formação de professores, que segue preceitos do Marco Referencial, traz muitas novidades em torno da formação em rede. Entre elas, está a utilização do portal *Formações em Rede*, que, segundo informações em sua página inicial, é o local onde se apresentam as propostas de formação em rede e as ofertas de formação de livre escolha.

Nesse sentido, apresentam-se aqui, neste site, tanto as propostas de formação em rede, quanto as de formação de livre escolha, pautadas na análise das Avaliações Institucionais e pelo diálogo com as Equipes Escolares do município de Sorocaba. Nossos programas e projetos 2022: Programa EDUTECH, Envolver para Desenvolver, Eu Prático Esporte Educacional Escolar, Fundo Rotativo da Escola (FRE), MIND LAB, Oficinas de Aprendizagem (SOROCABA, 2022).

O *Caderno de Orientações SEDU nº 14: Orientações para o Planejamento 2023*, assim como seu antecessor, teve apoio no site *Formações em Rede* e foi acompanhado pelo calendário de ações formativas, trazendo como novidade a explanação das diretrizes e estratégias para o período entre 2021 e 2024 (SOROCABA, 2022).

Desse modo, somente a partir dos dois cadernos enviados às unidades escolares em 2021 e 2022 foi possível observar as reais mudanças no processo de formação continuada, consolidadas após implantação da BNCC por meio das parcerias estabelecidas.

CONCLUSÃO

A título de reflexões finais, percebemos que o principal guia para o planejamento dos docentes da Rede Municipal de Educação de Sorocaba veio por meio dos Cadernos de Orientação para o planejamento letivo, enviados anualmente às unidades escolares para que o

trabalho seja pautado em suas diretrizes. Após 2018, ano de implantação da BNCC, assim como nos anos anteriores, percebe-se que os cadernos foram elaborados pela equipe técnica da SEDU seguindo os princípios do Marco Referencial e, após essa data, passaram a trazer algumas menções à BNCC, no sentido de estudo e implementação.

Mesmo antes da BNCC, a rede municipal de ensino de Sorocaba já apresentava em sua trajetória enquanto Rede muitos pontos de rupturas e descontinuidades, como o exemplo da criação de uma Matriz Curricular própria, com identidade e regionalidade valorizadas, que teve seu início de construção baseado no diálogo e na participação ampla de educadores, mas que, em determinado momento, rompeu os canais de escuta e contratou assessoria para sua finalização.

Apesar das construções marcadas por interrupções, o Marco Referencial se apresenta como o único documento oficial da Rede que manteve resistência e seguiu seu processo de construção, contando com a participação dos diversos segmentos de profissionais da educação, incluindo professores, para tornar-se a principal referência em normatização das práticas pedagógicas nas diversas unidades de ensino da rede municipal.

Dessa forma, conclui-se que o Marco Referencial do município, enquanto política educacional que se materializa na sociedade, evidencia a proposta de formação para o trabalho docente, que se ocupa em racionalizar seu papel orientando a formação de competências das professoras e professores, mas infelizmente de forma superficial, em um processo de formação continuada reestruturado para uma educação pragmatista, aproximando as funções docentes como se fosse um “treinador”, focado em organizar atividades descritivas e desenvolver habilidades e capacidades atreladas à pedagogia das competências. Assim, as professoras e professores em função da obrigatoriedade de seguirem os parâmetros definidos nos Cadernos de Orientação perdem a sua identidade intelectual e política ao aderirem de forma compulsória e obrigatória às medidas propostas, o que se concretiza em alguns aspectos observados nas formações propostas pela Rede Municipal, principalmente no que tange à dimensão da tecnologia vinculada à educação.

REFERÊNCIAS

- ^{1.} DOURADO, Luiz Fernandes. A LDB e as políticas educacionais: perspectivas, possibilidades e desafios 20 anos depois. In: NAJJAR, Jorge; VASCONCELOS, Maria Celi (org.). **A LDB e as políticas educacionais: perspectivas, possibilidades e desafios 20 anos depois**. Curitiba: Appris, 2018. p. 15-30.

2. FREITAS, Carlos Augusto Amaro de. **A repercussão da BNCC na cidade de Sorocaba/SP À luz das teorias pedagógicas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13286>. Acesso em: 10 mar. 2024.
3. IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
4. PEREIRA, Sara Aparecida. **Emancipação ou Ideologia?** Uma análise da Matriz Curricular da rede municipal de ensino de Sorocaba. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8406?show=full> . Acesso em: 10 mar. 2024.
5. PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Tradução: Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
6. PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para uma nova profissão. **Pátio: Revista pedagógica**, Porto Alegre, n. 17, p. 8-12, maio/jul. 2021. Disponível em: https://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_2001/2001_23.html . Acesso em: 10 mar. 2024.
7. PRADO, Edna. Da formação por competências pedagogia competente. **Múltiplas Leituras**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 115-130, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/331/329> . Acesso em: 10 mar. 2024.
8. RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?**. São Paulo: Cortez, 2001.
9. RIBEIRO, Danielle de Oliveira. História da docência e autonomia profissional: notas sobre experiências em Portugal, Quebec (de língua francesa) e Canadá. In: MAGALHÃES, Jonas E. P.; AFFONSO, Claudia R. A.; NEPOMUCENO, Vera Lucia da C.(org.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018. p. 64-86.
10. ROVAI, Esméria. **Competência e competências: contribuição crítica ao debate**. São Paulo: Cortez, 2010.
11. SOROCABA. **Lei nº 4.574, de 19 de julho de 1994**. Cria o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba e dá outras providências. Sorocaba: Câmara Municipal, 1994.
12. SOROCABA. Secretaria da Educação. **Texto de apresentação da organização curricular da educação municipal de Sorocaba: do Marco Referencial aos pressupostos metodológicos e didáticos**. Sorocaba: SEDU, 2012. Disponível em: http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/10/GC_Anexo_C.pdf . Acesso em: 10 mar. 2024.

13. SOROCABA. Secretaria da Educação. **Marco referencial da rede pública municipal de Sorocaba**. Sorocaba: SEDU, 2016. Disponível em: <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/marcoreferencial2016.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2023.
14. SOROCABA. Secretaria da Educação. **Caderno de Orientações SEDU/DAGP nº 03: Diretrizes Pedagógicas para a Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral**. Sorocaba: SEDU, 2016a.
15. SOROCABA. Secretaria da Educação. **Caderno de Orientações SEDU nº 04: Diretrizes para Documentação Pedagógica na Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba**. Versão atualizada. Sorocaba: SEDU, 2016b.
16. SOROCABA. Conselho Municipal de Educação de Sorocaba. **Apresentação**. Sorocaba, 2018. Disponível em: <https://www.cmeso.org/apresentacao/> Acesso em: 10 mar. 2024.
17. SOROCABA. Secretaria da Educação. **Instrução Normativa SEDU/GS nº 02, de 18 de março de 2020**. Dispõe sobre medidas de caráter temporário visando à redução da exposição pessoal e interações presenciais entre servidores municipais nas instituições educacionais da rede municipal de ensino do Município de Sorocaba. Sorocaba: SEDU, 2020. Disponível em: <https://recursoshumanos.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/instrucao-normativa-sedugs-n-02-2020-medidas-de-carater-temporario-visando-a-reducao-da-exposicao-pessoalpdf.pdf> Acesso em: 10 mar. 2024.
18. SOROCABA. Secretaria da Educação. **Formações em Rede**. Sorocaba, 2022. Disponível em: <https://sites.google.com/seducacao.sorocaba.sp.gov.br/caderno-de-formacao/sobre> Acesso em: 10 mar. 2024.
19. ZARAFIAN, Philippe. **Objetivo competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001.